



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS DA NATUREZA

GISLAINE RODRIGUES GAMA

DO FECHAMENTO DA ESCOLA AO DIREITO À EDUCAÇÃO: O OLHAR DE
COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE PORTO DE MOZ, PARÁ

PORTO DE MOZ, PARÁ

Fevereiro, 2026

GISLAINE RODRIGUES GAMA

**DO FECHAMENTO DA ESCOLA AO DIREITO À EDUCAÇÃO: O OLHAR DE
COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE PORTO DE MOZ, PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso à
Faculdade de Etnodiversidade da
Universidade Federal do Pará, Campus
Universitário de Altamira, como requisito
para obtenção do título de Licenciado em
Educação do Campo.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Giovana Souza
Rocha

PORTO DE MOZ, PARÁ

Fevereiro, 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de
Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R696f Rodrigues Gama, GISLAINE.

Do fechamento da escola ao direito à educação: O olhar de
comunidades ribeirinhas de Porto de Moz, Pará / GISLAINE
Rodrigues Gama. — 2025.
35 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Carla Giovana Souza Rocha
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do
Pará,
Campus Universitário de Altamira, Faculdade de
Etnodiversidade, Altamira, 2025.

1. Educação do campo; . 2. Transporte escolar;. 3. Gestão
escolar;. 4. PPP (projeto político pedagógico);. 5. Professores
qualificados.. I. Título.

CDD 001

FOLHA DE APROVAÇÃO

GISLAINE RODRIGUES GAMA

DO FECHAMENTO DA ESCOLA AO DIREITO À EDUCAÇÃO: O OLHAR DE COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE PORTO DE MOZ, PARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso à
Faculdade de Etnodiversidade da
Universidade Federal do Pará, Campus
Universitário de Altamira, como requisito
para obtenção do título de Licenciado em
Educação do Campo.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Carla Giovana Souza Rocha (orientadora)

Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Ronaldo Henrique Santana (examinador)

Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Marcio Rogério da Silva (examinador)

Universidade Federal do Pará

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos Pais, Fernando Costa Gama e Doralice Viana Rodrigues.

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui meus sinceros agradecimentos, primeiramente a Deus, que sem ele não somos nada nessa terra, e a todas as pessoas que foram importantes para que pudesse chegar até o final do meu curso, firme e forte.

À minha querida mãe, Doralice Viana Rodrigues e o meu querido pai, Fernando Costa Gama, que mesmo não estando ao meu lado o tempo todo, sempre estavam me dando o suporte para que pudesse estudar, no cuidado com os meus filhos, com ajuda de algum dinheiro e quando mais precisava, eles sempre estavam ali dando um jeito para que de alguma forma pudesse me ajudar.

À minha irmã Geziana, e ao meu cunhado Clésio Nazaré, que me acolheram com toda a minha família em suas casas, me ajudaram a vender lanches para que pudesse comprar a alimentação.

Ao meu sobrinho Isaac e sua esposa Aila, que também me acolheram sempre que precisava em sua casa.

Às minhas irmãs Gisele, Raimunda e Patrícia, que sempre me deram apoio incentivando para que não desistisse mediante as dificuldades.

À minha comunidade São Francisco de Assis do Paxiubal, pelo apoio nas declarações de pertencimento.

À professora e coordenadora Rita de Cássia, que foi maravilhosa e crucial nesse primeiro momento e não teria conseguido ingressar na faculdade sem o seu apoio.

Ao tio José Alegre que teve que levar a gente às presas no seu barquinho porque não tínhamos transporte.

À orientadora e professora Carla Giovana Souza Rocha, que teve um papel fundamental em me orientar na elaboração deste trabalho.

E aos meus colegas de turma, que posso chamar de minha segunda família, que entre trancos e barrancos conseguimos finalizar juntos, e não largamos as nossas mãos.

Enfim, agradeço a todos os professores, por proporcionarem o conhecimento não apenas teórico, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, pelo tanto que se dedicaram a mim, através do ensino, me levando ao

aprendizado. A palavra “mestre” nunca fará justiça a professores dedicados, aos quais sem nominar, terão meus eternos agradecimentos.

Resumo

O seminário de devolutiva das pesquisas dos Tempos Comunidades I, II e III do curso de Licenciatura em Educação do Campo realizado com as famílias das comunidades ribeirinhas São Francisco de Assis do Paxiubal, Tessalônica e Cristo Rei, proporcionou a participação dos comunitários para avaliarem a qualidade da educação ofertada nas escolas de suas comunidades a partir de indicadores das dimensões institucionais, curricular e didático- pedagógica. O objetivo deste trabalho é analisar o desenvolvimento do seminário de devolutiva das pesquisas de Tempo Comunidade e os desdobramentos posteriores. No seminário foi verificado o interesse dos professores sobre o Projeto Político Pedagógico, e sobre a importância da contribuição dos pais na aprendizagem dos filhos. Foi exposta a situação de fechamento da escola São Judas Tadeu, a falta de materiais didáticos e acesso restrito a tecnologias. Também mobilizou interesse o tema do transporte escolar distância que as crianças percorrem, muitas vezes sem se alimentar direito ou sob condições climáticas adversas. Outro ponto foi sobre a qualificação e não valorização do docente, além de professores que não recebem capacitação específica para lidar com a realidade rural, o que dificulta a prática pedagógica contextualizada. O currículo pouco adaptado, em que o ensino ignora a cultura, o trabalho e os saberes do campo, criando uma desconexão entre escola e vida cotidiana; além das questões econômicas, famílias enfrentam dificuldades financeiras, o que pode levar à evasão escolar ou à necessidade de conciliar estudo com estudo agrícola. O seminário foi avaliado como um momento relevante de discussão sobre os problemas educacionais que envolveu moradores de várias comunidades, mas, a reativação do funcionamento da escola ainda não foi resolvida. O protagonismo dos comunitários na avaliação e definição dos rumos da escola nos territórios ribeirinhos de Porto de Moz é fortalecido ao se oportunizar momento de debate sobre educação.

Palavras-chave: Educação do campo; Transporte escolar; Gestão escolar; PPP (Projeto Político Pedagógico; Professores qualificados.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA	10
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	11
3.1 O SETOR MÉDIO GUAJARÁ: REGIÃO DE VÁRZEA DE PORTO DE MOZ	11
3.2 APRESENTANDO A COMUNIDADE PAXIUBAL E A ESCOLA SÃO JUDAS TADEU	12
3.3 O SEMINÁRIO DE DEVOLUTIVA	14
3.4 EXPOSIÇÃO DOS TEMPOS COMUNIDADES	16
3.5 AS VOZES VINDAS DOS TRABALHOS DE GRUPOS: O FECHAMENTO DAS ESCOLAS E O TRANSPORTE ESCOLAR	18
3.6 AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO E DESDOBRAMENTOS	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24
APÊNDICES	26
APÊNDICE A- Roteiro para os entrevistados (avaliação do seminário)	26
APÊNDICE B- Informações apresentadas no seminário de devolutiva	27
APÊNDICE C . Termos de Consentimento Livre e Esclarecido	31
APÊNDICE D. Ata da reunião da comunidade sobre a prématrículas dos alunos da escola São Judas Tadeu	34

1 INTRODUÇÃO

Os quatros primeiros Tempos Comunidade são pesquisas realizadas no período do tempo em que o aluno fica em sua comunidade de pertença. O curso de Licenciatura em Educação do campo, da Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira, nos mostrou como poderia ser a educação que os ribeirinhos poderiam usufruir. Posso dizer com firmeza que despertaram-me como somos desfavorecidos quando não sabemos dos nossos direitos, principalmente se tratando de educação do campo. Eu via a educação do campo como esmola e já me dava por satisfeita, achava que o que recebíamos era o suficiente. Somente quando comecei a fazer a graduação que tive a dimensão do quanto estávamos sendo prejudicados, e o quanto minha comunidade precisava de mim, e dos meus conhecimentos para tentar dar uma boa educação para as crianças.

O Tempo Comunidade IV do curso de Licenciatura em Educação do Campo na ênfase em Ciências da Natureza, teve como objetivo promover a apresentação dos resultados da pesquisas realizadas das na comunidade e na Escola Tessalônica, no Médio Rio Guajará, em Porto de Moz, Pará, buscando a avaliação da qualidade da educação escolar pelos comunitários ribeirinhos a partir dos indicadores das dimensões institucional, didático-pedagógica e curricular.

Os temas que geraram maior envolvimento das pessoas no seminário de devolutiva foi o projeto político pedagógico, o transporte escolar e o fechamento da Escola São Judas Tadeu da comunidade Paxiubal, desencadeando alguns desdobramentos.

Eu senti a falta dessa escola, quando os meus filhos de 3, 8 e 13 anos precisavam acordar as cinco da manhã para estar às oito horas na escola mais próxima para poder ter o direito de estudarem. A escola São Judas Tadeu foi desativada em 2018 pela chamada “nucleação”, alegando-se pouca demanda, e desde então, as crianças passaram a se deslocar para escolas mais distantes.

O Fórum Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (FONEC) tem denunciado o fechamento sistemático de escolas nos territórios tradicionais e camponeses como crime social, político e educacional. Em sua última nota, expôs que entre os anos de 2000 e 2024 foram extintas 163.854 escolas, sendo 110.758 nos territórios rurais e 53.096 nos territórios urbanos, destacando os estados do Paraná, Rio Grande do

Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, Rondônia, Amazonas, Espírito Santo e Paraíba. Destacou ainda que em 2024, foram 3.159 escolas extintas em todo Brasil, sendo 1.585 nos territórios rurais e 1.574 nos territórios urbanos; também em 2024, 31.321 escolas encontram-se paralisadas em todo país: 18.201 escolas nos territórios rurais e 13.120 escolas nos territórios urbanos (FONEC, 2025).

No estado do Pará, entre 2000 e 2003 foram 8.776 escolas fechadas, sendo 7.242 do campo e 1.534 nas cidades; e 1.355 escolas encontravam-se paralisadas no estado, conforme o censo escolar de 2023 (GEPERUAZ-FPEC, Censo Escolar do INEP, 2023). E neste contexto, o município de Porto de Moz foi um que mais fechou escola no estado, destacando em 2022, com 18 escolas fechadas (GEPERUAZ-FPEC, Censo Escolar do INEP, 2023). Há de se entender que as escolas de menor porte denominadas de anexo não aparecem no censo.

É interessante analisarmos que antes da devolutiva ocorrer em nossa comunidade, notávamos que se tinha pouca informação sobre a história da comunidade, das escolas e dos direitos que temos como ribeirinhos. E logo depois, compreendi o quanto essa devolutiva proporcionou o debate em torno dos direitos à educação e a busca pela organização visando a reabertura da escola fechada.

Este trabalho de conclusão de curso tem o objetivo de analisar o desenvolvimento do seminário de devolutiva das pesquisas de Tempo Comunidade e os desdobramentos posteriores ligados ao fechamento de escola no setor Médio Guajará, município de Porto de Moz, Pará. Para isto, se tem como objetivos específicos: relatar como ocorreu o seminário de devolutiva em termos de conteúdo, metodologia e os pontos de vista dos participantes; apresentar a avaliação do seminário e os desdobramentos do mesmo.

2 METODOLOGIA

A base de dados desta pesquisa de abordagem qualitativa foi o relato de experiência do Tempo Comunidades IV do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da turma do Polo de Porto de Moz, sobre o seminário de devolutiva realizado em julho de 2023.

Foram feitas 04 entrevistas complementares após o seminário, com professores e moradores da comunidade Paxiubal, com o objetivo de identificar os desdobramentos proporcionados pelo seminário (Apêndice A). Acrescento que como moradora da comunidade Paxiubal, participei de reuniões e iniciativas de mobilização das comunidades

que ocorreram após o seminário, o que também servirá de base de informações para o desenvolvimento deste trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O SETOR MÉDIO GUAJARÁ: REGIÃO DE VÁRZEA DE PORTO DE MOZ

O Setor Médio Guajará é uma região de várzea, e está localizada na Reserva Extrativista Verde Para Sempre, em Porto de Moz, levando de 14 a 16 horas de barco, ou de 5 a 6 horas de voadeira do Setor Médio Guajará, até a sede do município zona urbana dependendo da potencia do motor. As famílias do Médio Guajará tem seus modos de vida ligados às atividades da pesca, criação de búfalos e da agricultura, e suas rendas também são acrescidas de benefícios como o bolsa família e aposentadoria, além de salários por meio da contratação como funcionários públicos nas áreas da educação e Saúde.

O setor Médio Guajará é constituído por sete comunidades: a comunidade Primavera, na qual se tem a escola Cristo Rei; a comunidade Ipiranga, que tem uma escola que é do município de Prainha; as comunidades São Sebastião e Espírito Santo, localizadas no rio Curuminim; a comunidade Santa Maria, na qual fica a escola Bom Intento, localizadas no rio Aruruzinho; a comunidade São Francisco de Assis do Paxiubal, aonde tem a escola desativada São Judas Tadeu, localizadas no rio Aruru; a comunidade Tessalônica (evangélica), aonde está a escola Tessalônica, também localizadas no rio Aruru.

Para percorrer a distância de uma escola para outra se leva de 35 minutos a 1 hora e 30 minutos. Da escola São Judas Tadeu do Paxiubal para a escola Tessalônica, demanda cerca de uma hora em embarcação de motor do tipo rabeta 6 1/2. Do Paxiubal para a escola Bom Intento, demanda 35 minutos. Do Paxiubal para a escola São Sebastião, demanda 1 hora, já para a escola Cristo Rei a demanda é de 1 hora e 30 minutos. Esses trajetos se faz de canoa a remo, canoa com rabeta, barco ou voadeira, e os estudantes tem que acordar cedo, às 5:00 da manhã para poderem estar 08 h na escola.

Figura 1. Localização das comunidades e escolas do Setor Médio Guajará



Levantamento das Escolas
do Médio e Alto Guajará

Curso de Educação do Campo
(UFFPA)
Polo Porto de Moz

Fontes de pesquisas: Bing
Satellite, Google Satellite

Pesquisadora Aluna: Gislaíne Rodrigues
Gama

Fonte: Google Satellite (2026)

3.2 APRESENTANDO A COMUNIDADE PAXIUBAL E A ESCOLA SÃO JUDAS TADEU

De acordo com as pesquisas, ninguém soube dizer se a comunidade já teve outro nome, o senhor mais velho que entrevistamos disse que “desde quando me entendi por gente já era conhecido como paxiubal”. Mas, a partir de 2018, com a doação da imagem de São Francisco de Assis pelo padre Donizete, a comunidade católica passou a ser chamada de Comunidade São Francisco de Assis do Paxiubal. É uma comunidade pequena comparada com as comunidades vizinhas.

Em 2018 quando a escola São Judas Tadeu foi fechada, moravam em torno de 08 famílias, algumas não tinham casas próprias e moravam com seus pais ou sogra(a). Era uma única turma de multisseriado do 1º ao 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental, segundo o relato da professora, com 16 alunos matriculadas e 5 encostados; esses denominados como encostados porque as mães não se decidiam sobre a matrícula dos filhos, ficaram assim até o meio do ano e depois foram morar na cidade. A professora era a faz tudo, ministrava aulas, fazia a merenda, coordenava a escola e fazia a limpeza, e

recebia um salário mínimo que era de R\$ 937,00 por 100 horas. Em março de 2018, no período que se iniciava as aulas nas escolas do campo, passaram duas pessoas informalmente pela comunidade pegando assinaturas das famílias para a tal “Nucleação”, e falaram com três pessoas da comunidade falaram, realçando que seria melhor para os alunos, que iriam estudar cada um na sua turma e não todos juntos, e foi assim que conseguiram algumas assinaturas para o documento. Hoje em 2026, temos o total de 18 famílias que moram na comunidade Paxiubal, e já sentiram muito a falta da escola, que ficava no meio da comunidade e em terra firme, sendo que, para chegar a outras escolas precisa-se de transportes fluviais e acordar muito cedo para que estejam todos na escola as 8:00 da manhã.

A comunidade Tessalônica é a mais próxima da comunidade Paxiubal e já existe a mais de 40 anos. Foi a escola Tessalônica que agregou as turmas da Escola São Judas Tadeu, desde o seu fechamento em 2018.

Figura 2. Escola São Judas Tadeu, fechada em 2018.



Fonte: Gislaine Rodrigues (2023)

Figura 3. Igreja Católica São Francisco de Assis.



Fonte: Gislaine Rodrigues (2023)

Na época não houve forte oposição ao fechamento da escola, talvez pela falta de entendimento por promessas de melhorias no ensino e por termos pouco olhares voltados para a nossa comunidade, por ser a menor do setor Médio Guajará, que preconiza o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 de que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

3.3 O SEMINÁRIO DE DEVOLUTIVA

O Seminário que ocorreu no dia 24/06/2023 foi organizado pela dupla de estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo da comunidade, Gislaine Gama e Michel Cabral, contou com a presença de 30 participantes, dentre eles, professores, coordenadores de escola, representante de associação e o povo da comunidade, conforme descrito no Quadro 1 e visualizado na fotografia no momento do encerramento do evento (Figura 4).

Quadro 1. Os participantes do Seminário de devolutiva, Comunidade Paxiubal, Porto de Moz

Função	Qtde.	Comunidade	Escola
Barqueiros	02	Paxiubal	
Moradores	16	Paxiubal	
Representantes de associações	02	Arurú Barra Aruruzinho	Escola Santa Maria
Professores	09	Bacabal Tessalônica Paxiubal Cristo Rei	São Sebastião Escola Tessalônica Escola Cristo Rei
Coordenadores	01	Tessalônica	Escola Tessalônica

Figura 4- Seminário devolutiva tempo comunidade IV, São Francisco de Assis do Paxiubal



Fonte: acervo próprio de Gislaine Rodrigues Gama (2023).

O seminário iniciou com a acolhida e explicação dos objetivos. Posteriormente passamos para exposição dos principais resultados das pesquisas de Tempo Comunidade. A seguir, a divisão dos grupos de trabalho, na qual cada grupo ficou com 3 professores. Ao final, cada grupo fez a sua exposição de cartazes com os resultados e ocorreu o debate.

O seminário iniciou com uma breve fala nossa sobre a educação do campo, a importância dos movimentos sociais para pensar e buscar políticas educacionais que vejam a educação para a população do campo, das florestas e das águas, com outras perspectivas pedagógicas, estruturais e políticas que reconheçam os princípios e protagonismo social das comunidades e organizações camponesas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas. Foi

destacada que esse protagonismo é que possibilita definir qual a educação que querem em seus territórios.

Também falamos que não se pode ser pensada apenas como extensão da escola urbana, mas como um projeto que reconhece as especificidades dos povos do campo, das florestas e das águas. E enfatizamos que é nesse sentido que os movimentos sociais têm o papel fundamental. São eles que trazem à tona as vozes e experiências que orientam políticas educacionais capazes de respeitar e fortalecer os modos de vida dos camponeses, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e tanto outros.

Assim, foi exposto que defender a educação do campo é afirmar protagonismo social dessa comunidade na definição de qual escola querem em seus territórios, com perspectivas pedagógicas, estruturais e políticas que dialoguem com sua cultura, sua história e seus sonhos. E reconhecer que a verdadeira transformação só acontece quando a educação se constrói junto com quem vive e resiste nesses espaços.

3.4 EXPOSIÇÃO DOS TEMPOS COMUNIDADES

A exposição feita pelos estudantes do curso no seminário teve como base as pesquisas realizadas nos Tempo Comunidade I, II e III do curso de Licenciatura em Educação do Campo, que utiliza da alternância pedagógica como metodologia de ensino, que engloba também a pesquisa e a ação nas comunidades de pertencimento dos estudantes.

O tempo comunidade I implementado pela dupla de estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo foi construído por meio de entrevistas com famílias e lideranças da comunidade São Francisco de Assis. A pesquisa foi realizada no período entre 10 a 26 de setembro de 2022 na comunidade, com o objetivo de descobrir como se deu a constituição da comunidade São Francisco de Assis, além de pesquisar sobre diversas questões socioculturais, ambientais e da produção, que caracterizam os modos de vida ribeirinha. No seminário foi exposto principalmente sobre fatos ligados à criação da comunidade.

O tempo comunidade II foi uma pesquisa realizada em junho de 2023 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Cristo Rei. A mesma teve como objetivo analisar as relações Escola-Semed, Movimentos sociais e família, situação profissional dos trabalhadores/as em educação, currículo e Projeto Político Pedagógico (PPP). No seminário foi exposto sobre a ausência do PPP da escola.

O tempo comunidade III foi a pesquisa realizada em dezembro de 2023 com professores de Ciências, pais ou responsáveis e alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cristo Rei. As informações deste estudo foram apresentadas quando se falou dos aspectos didático-pedagógicos do ensino de Ciências na referida escola.

Na parte da avaliação da qualidade da educação foram expostas as dimensões e seus indicadores, para cada indicador foram expostos os marcos legais, a realidade e os avanços da escola (veja Apêndice B). A seguir, o quadro 2 apresenta os indicadores por dimensão da avaliação que serviram de base para o debate nos grupos de trabalhos.

Quadro 2. As dimensões e indicadores de qualidade discutidos

Dimensão	Indicadores
Institucional	Gestão escolar
	Participação
	Transporte escolar
Curricular	Projeto político pedagógico
	Proposta curricular
Didático-pedagógico	Conteúdo de Ciências
	Metodologia de ensino
	Aprendizagem

Foram apresentados no Seminário os principais marcos legais relacionados às escolas do campo que constam na principal legislação do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - nº 9.394/1996), que em seus artigos 23, 26 e 28, reconhecem a necessidade de adaptações na oferta de educação básica para a população rural, promovendo a adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região. O artigo 28 menciona que os sistemas de ensino devem promover as adaptações necessárias para atender as especificidades do campo.

Foram apresentados os demais artigos da Constituição Federal de 1988 que estabelece a educação como um direito de todos, incluindo as populações do campo, que garante que a educação deve ser oferecida de forma a respeitar as especificidades socio-culturais das comunidades rurais.

Dando continuidade, o discente Michel Silva Cabral mostrou os indicadores que

foram estudados sobre o ensino de ciências, e os resultados das pesquisas em relação as metodologias adotadas e a aprendizagem dos alunos na área de ciências da natureza.

E por fim, abordamos a situação sobre o fechamento de escolas do campo, principalmente a São Judas Tadeu. O que nos remete ao que Caldart explica sobre a diferença conceitual entre educação rural e educação do campo.

Romper com a educação rural é uma das prioridades da educação do campo. A mudança na compreensão desse conceito reflete muito mais do que uma simples nomenclatura. Ela é inevitavelmente o resultado de um olhar politicamente referendado na busca pelos direitos sociais e nas questões que envolve a defesa da educação politécnica (Caldart, 2015).

A apresentação da dimensão institucional iniciou com o indicador gestão escolar. Foi citado o art. 14 da Lei nº 9394/96 que determina que os sistemas de ensino devem definir normas de gestão democrática para a educação básica pública, focando na participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico e na atuação da comunidade escolar/local em conselhos escolares.

A metodologia da exposição foi trazer o que dizem os documentos oficiais e comparar com o que se viu nas escolas pesquisadas. Foi falado sobre o indicador participação da comunidade e da família na escola. Também foram destacadas as práticas escolares que tiveram avanços, por exemplo, no transporte escolar.

Em relação ao indicador projeto político pedagógico, o tema gerou mais comentários da plenária, e foi notório que os professores presentes gostaram do que estava sendo dito e cada um se manifestou, concordando com a importância de um PPP da escola.

3.5 AS VOZES VINDAS DOS TRABALHOS DE GRUPOS: O FECHAMENTO DAS ESCOLAS E O TRANSPORTE ESCOLAR

O desenvolvimento dos trabalhos dos grupos iniciou com a divisão em três grupos, com posterior distribuição do material didático necessário para cada grupo. Logo após foram dadas as instruções para avaliarem os indicadores da dimensão que cada grupo foi responsável.

No início ficaram um pouco confusos, mas logo depois os grupos foram entendendo como deveria ser feito e tocaram em pontos fundamentais, principalmente sobre o PPP

(Projeto Político Pedagógico), a questão do meio ambiente e a qualidade do transporte escolar. Como a maioria dos participantes é formada por professores contratados, os mesmos não quiseram aprofundar no debate em relação a esses pontos, por não quererem se expor pessoalmente.

Figura 5. Grupo dimensão institucional



Figura 6. Grupo dimensão didática



Fonte: acervo de Gislaíne Gama (2023)

Figura 7. Grupo dimensão curricular



Um dos pontos altos do debate foi a relação da distância que os alunos tem que percorrer para chegar até a escola mais próxima e porque foi fechada a escola São Judas Tadeu, que muitos até hoje não sabem exatamente para qual finalidade a escola foi fechada. E perguntaram porque foi fechada já que a comunidade Paxiubal estava crescendo. Também foi discutido que não melhorou em relação ao sistema multisseriê como eles tinham dito que melhoraria.

Os estudos que realizamos sobre as escolas públicas do campo, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia (Geperuaz) e, em especial, sobre as escolas multisseriadas, revelam a identificação de um paradoxo que caracteriza a dinâmica dessas escolas: o quadro dramático de precarização e abandono em que as escolas se encontram, reflexo do descaso com que tem sido tratada a escolarização obrigatória ofertada as populações do campo; e ao mesmo tempo, as possibilidades construídas por educadores, gestores e sujeitos do campo, no cotidiano das ações educativas, evidenciando situações criativas e inovadoras que desafiam as condições adversas que configuram a realidade existencial dessas escolas. (Hage, 2005)

Os moradores falaram que não veem vantagens nenhuma de fechar uma escola ao lado de casa para ir para outra escola e continuar com multisseriado. Foi falado que a distância é um grande problema, pois os alunos tem que acordar muito cedo, pegar sol e chuva durante a viagem, material chega todo molhado, problemas com tapagem¹ nos rios no período do inverno amazônico. Além de que as canoas que transportam são muito pequenas, não tem salva vidas e lembrando que vai criança de 3 a 11 anos no transporte matutino de 12 a 35 anos, no vespertino.

A educação do campo de qualidade garante que o povo camponês tenha acesso à uma formação que respeite sua cultura, valorize sua identidade e assegure condições dignas de aprendizagem. Uma educação de qualidade no campo não deve ser homogênea, ela considera as especificidades regionais, étnicas e culturais, incluindo comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. É essencial que docentes sejam formados para compreender as particularidades do campo. Para Molina (2015, p. 385):

Tratar igualmente desiguais aprofunda a desigualdade. A conquista de novas e melhores políticas públicas para a educação do campo vislumbra um futuro onde estudantes não serão impedidos de ter acesso ao direito à educação, muito menos sofrer as desigualdades desenvolvidas a partir de políticas de exploração apagamento do campo, bem como de comunidades que terão assistências e garantias de direitos.

Um ponto para qualificar a educação do campo enquanto proposta que atende às especificidades dos povos das águas, florestas e campo é a formação de professores via o

¹ A tapagem do rio por vegetação que se soltam dos barrancos na época do inverno, e que flutua ao longo do rio ou igarapé causando impedimento à navegação; necessita ser cortada a vegetação para permitir a passagem da embarcação.

curso de Licenciatura em Educação no Campo (LEDOC). O primeiro curso regular de LEDOC foi criado no Brasil em 2009 na Universidade Federal de Minas Gerais, com expansão a partir de 2012 por meio de edital específico do Ministério da Educação por meio do Procampo. Este Programa Nacional de Educação do Campo (Procampo), junto com o PRONERA, representam uma conquista significativa das lutas sociais por uma educação voltada às realidades do campo e às populações tradicionais.

O curso surge como uma política pública que busca superar a histórica exclusão das comunidades camponesas e Indígenas, oferecendo formação específica para professores que atuam em escola do campo, e também em contextos urbanos onde essas populações estão presentes. A proposta pedagógica do curso valoriza os saberes locais, a agricultura familiar, a agricultura popular e a organização comunitária, articulando-os com os conhecimentos científicos e acadêmicos. Além disso, promove uma formação crítica e interdisciplinar, capaz de preparar educadores para enfrentar os desafios da desigualdade social e da marginalização cultural, fortalecendo a identidade e a autonomia das comunidades. Dessa forma, a licenciatura em educação do campo não apenas qualifica profissionais, mas forma educadores que conhecem a realidade e o direito a educação contextualizada e comprometida com a transformação social.

A escola do campo de qualidade é aquela que envolve famílias e movimentos sociais na construção curricular, fortalecendo vínculos e evitando a exclusão cultural. Com o fechamento de escolas não apenas reduz o acesso físico, mas também rompe vínculos comunitários e culturais. A escola do campo é mais que um espaço de ensino, é um centro de convivência e identidade. E o que torna uma educação do campo de qualidade, não é apenas levar escola para o campo, mas construir uma proposta pedagógica que respeite e valorize os sujeitos que nele vive, que busca equidade, dignidade e justiça social, formando cidadãos capazes de permanecer no campo com orgulho de sua identidade e com acesso às mesmas oportunidades que os habitantes das cidades.” *Poxa professora, seria tão bom se a nossa escola voltasse a funcionar, eu não ia ter tanta preocupação com os meus filhos pequenos, dava até de eu vim participar todo dia da aula com eles”*

(moradora, comunicação oral, 2025)

Historicamente, as escolas do campo têm grandes desafios que perpassam pela infraestrutura e falta de recursos, como alimentação de qualidade e quantidade, transporte escolar seguro e materiais didáticos específicos, dentre outros (Luther; Gerhardt, 2018).

3.6 AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO E DESDOBRAMENTOS

Para avaliar o que o seminário proporcionou em termos de reflexão e desdobramentos, serão trazidos alguns pontos destacados pelos entrevistados após a realização do evento.

Em relação aos pontos positivos, as pessoas destacaram: a acolhida e a organização do espaço; os debates proporcionados, sendo citados a questão do transporte escolar e a evasão; a participação dos moradores de várias comunidades. Uma das entrevistadas destacou que ficou muito satisfeito com o seminário, e que nunca tinha visto um trabalho de faculdade de perto, muito menos feito na sua comunidade com os comunitários e vizinhos.

Sobre o que poderia ter sido melhor, foi destacado a questão da reativação da escola São Judas Tadeu, que se poderia ter feito um abaixo assinado, e que o tema deveria ter sido mais discutido. Foi evidenciado, que o fechamento da escola continua sendo o principal problema, que ainda não foi resolvido.

Em relação ao que o seminário proporcionou em termos de desdobramento, foi destacado a criação do Projeto Político Pedagógico em algumas escolas. Na Escola Tessalônica e escola Cristo Rei foram feito um modelo parcial de PPP para o ano de 2025, com possível mudanças para 2026. Também foi citado que o transporte escolar melhorou na questão de cobertura das canoas, e agora tem monitores que acompanham as crianças durante o percurso de ida e vinda da escola. Também se reconhece que os professores lotados nas escolas estão com melhor qualificação.

Os entrevistados consideram que o seminário foi essencial para promover algumas reflexões, principalmente sobre o PPP, importância de abordarem temas ligadas ao ambiente e sobre o fechamento de escolas no campo. Dentre as principais reflexões proporcionadas, citamos as seguintes falas sobre PPP, transporte e escolar.

“A nossa escola não tem PPP, acho que a maioria dos professores não sabem nem o que é,” (professora, comunicação oral, 2025).

“O meu filho passa mais tempo na canoa que estudando na escola” (moradora, mãe de aluno, comunicação oral, 2025);

“Que a zona rural e a zona urbana, sempre vão ter realidades bem diferentes, que vai gerar debates sobre as problemáticas das escolas ribeirinhas, que não condiz com realidade

urbânocêntrica”(professor, comunicação oral, 2025).

“Vejo falar muito sobre o meio ambiente, mas não vejo ação, o lixo que produzimos simplesmente é descartado de qualquer jeito, porque não tem o descarte correto” (morador, comunicação oral, 2025);

“Reativação da nossa escola, como ficaria melhor para nós, até a nossa comunidade ficaria mais bonita e alegre com muitas crianças correndo logo pela manhã” (moradora, comunicação oral, 2025).

Fizemos várias reuniões para tratarmos da reativação da nossa escola, e o que conseguimos até hoje, é uma promessa de um anexo da escola Tessalônica, já para esse ano de 2026, com as turmas de educação infantil de 3, 4, 5 anos até o 5º ano do ensino fundamental menor. A última reunião foi em novembro de 2025, na qual fizemos uma pré-matrícula para ver se conseguíamos formar uma turma de educação infantil ao quinto ano.

Não conseguimos o apoio de todos os comunitários, mas a maioria assinou e concordou, e por enquanto estamos no aguardo de novas informações da Secretaria Municipal de Educação de Porto de Moz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo 205 da constituição Federal de 1988 estabelece que a educação como direito de todos e dever do estado e da família tendo como objetivo o desenvolvimento pleno da pessoa e seu preparo para exercer a cidadania e sua qualificação profissional. Em contrapartida, a negação do direito à educação dos povos camponeses sempre foi e é recorrente, deixando de lado a equidade educativa, como igual oportunidade a todas as pessoas de ter acesso, permanecer e concluir a educação básica.

Os retrocessos de fechamentos das escolas do campo, nasceu como um plano de desmonte que busca não só o desmantelamento da educação, mas também o domínio de terras. Dentre seus impasses e desafios, destacamos o fechamento de escolas no campo, tendo como locus de pesquisa o município de Porto de Moz, que teve um agravante índice de fechamento de fechamento no ano de 2010 até os anos de 2022. Percebemos que as trajetórias das escolas paralisadas seguem um fio irreparável, cuja finalidade sempre é a extinção, nunca a reparação.

Vale ressaltar que continuamos lutando para que tenhamos a nossa escola de volta e

funcionando, sabe-se que ao fechar uma escola do campo não estão fechando apenas um prédio físico, mas fecham-se as portas das oportunidades futuras para essas crianças e jovens; limitam-se seus horizontes; tira-lhes os direitos garantidos constitucionalmente; a educação é um direito garantido e por isso “fechar escola do campo é um crime”.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G; CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (Orgs.) **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 no seu artigo 14, dispõe sobre a gestão democrática em espaços de ensino público. Disponível: [http:// \(mec.gov.br\)](http://(mec.gov.br)). Acesso em maio 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 10.880**, de 9 de junho de 2004 - institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE. Disponível [PNATE - home — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/pnate). Acesso em maio 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível: [http:// \(mec.gov.br\)](http://(mec.gov.br)). Acesso em maio 2024.
- BRASIL. PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CALDART, Roseli Salete; ARROYO, Miguel Gonzáles; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa: método qualitativa**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.
- FONEC. **Nota pública de denúncia contra o fechamento de escolas do campo, das águas e das florestas no Brasil** . Disponível em: <https://fonec.org/nota-publica-contra-fechamento-de-escolas-do-campo/>. 2026. Acesso em: 18 de fev.2026.
- FPEC. Dados do Forum Paraense de Educação do Campo do Pará. Belém: GEPUAZ, 2023.
- LUTHER, Alessandra; GERHARDT, Tatiana Engel. Educação obrigatória, êxodo rural e fechamento das escolas do campo no brasil. **Revista Saberes da Amazônia**, v. 3, n. 07, p. 281-310, 2018. Disponível em: Acesso em: 12 nov. 2019.
- HAGE, S. M. et al. (Orgs.). Educação do Campo na Amazônia: retratos de realidades das escolas multisseriadas no Pará. 1. ed. Belém: M. M. Lima, 2005.

MOLINA, M. C. **Educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas**. Viçosa: Educação e perspectiva, v.6, n.2, p. 378-400, jul/dez, 2015.

MST. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Mais de 4 mil escolas do campo fecham suas portas em 2014. 2015**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/06/24/mais-de-4mil-escolas-do-campo-fechamsuas-portas-em-2014.htm>

RIBEIRO, H. T. de S. ; CHEROBIN, F. O fechamento de escolas do campo no Estado do Pará. **ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**, [S. l.], v. 4, n. p, 222-235, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/ReDiPE/article/view/1863>. Acesso em: 18 fev. 2026.

SILVA AZULAY, Marcelino; XIMENES-ROCHA, Solange Helena. Está nas mãos de quem fechar escolas do campo, das águas e da floresta? Um olhar para a realidade da Amazônia Aveirense. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 7, p. e13161, 2022. DOI: 10.20873/uft.rbec.e13161. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/13161>. Acesso em: 18 fev. 2026.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Roteiro para os entrevistados (avaliação do seminário)

Nome do (a) entrevistado(a):

- 1- O que foi bom no seminário de devolutiva que ocorreu na comunidade Paxiubal?
- 2- O que precisaria melhorar no seminário para atingir o objetivo de avaliação da qualidade da educação?
- 3- O seminário proporcionou algum resultado de ação para melhorar o ensino e as escolas?
- 4- Qual a principal reflexão que o seminário proporcionou

APÊNDICE B- Informações apresentadas no seminário de devolutiva

Indicadores de Qualidade	Legislação – o que dizem os Documentos Oficiais	A realidade das escolas	Práticas escolares que apresentam avanços
Gestão escolar	No art. 14 da LDB lei de nº 9394/96 definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- Participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico da escola; II- Participação da comunidade escolar e local, conselhos escolares e em fórum dos conselhos escolares equivalentes eleitos por seus pares nas seguintes categorias professores, orientadores educacionais, supervisores administradores escolares administrativos e estudantes.	As escolas pesquisadas envolvem a comunidade escolar em suas reuniões bimestrais, ou em datas comemorativas, contudo, precisamos envolver de forma participativa esses sujeitos, onde suas opiniões sejam ouvidas	Reuniões bimestrais com a comunidade escolar, visitas dos supervisores escolares 1 vez por mês
Participação da comunidade/ Família na escola	A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, no seu Art. 205 diz que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.	Este é um dos desafios encontradas, segundo pais e responsáveis dos alunos, essa participação precisa de uma ação em conjunto comunidade escolar, pais/responsáveis entidades coletivas.	A participação dos Pais e responsáveis, principalmente as mães.
Transporte Escolar	A Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE). Neste caso, o transporte escolar está assegurado por lei e cabe aos municípios disponibilizarem aos alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino. Os alunos que não têm condições financeiras para custear o transporte para a escola são assegurados por lei, através da Constituição Federal.	As escolas contam com transporte escolar oferecido pela rede pública municipal de ensino, garantindo o acesso dos alunos às unidades educacionais. Diante das pesquisas percebeu-se um enorme desafio em relação ao transporte escolar, por causa das distancias percorridas pelos estudantes que residem mais distantes, onde passam horas viajando chegando a cerca de 6 horas. E 4 horas de aulas letiva dia. Concluímos com esse fato é que esses estudantes passam a maior parte do tempo viajando.	Mesmo com grandes desafios, o transporte escolar está atuando de forma responsável, apesar de pequenas ocorrências.
Projeto Político-Pedagógico	No art. 12 Na organização do Projeto Político-Pedagógico, do Regimento Escolar, dos Planos de Estudo, Planos de Curso, Plano Orientador das Práticas Pedagógicas das Escolas do Campo, devem ser observadas estas Diretrizes e as Diretrizes Curriculares Gerais Nacionais, as Diretrizes Estaduais constantes do Parecer CEEed nº 545/2015, no Parecer CEEed nº 0001/2018, na Resolução CEEed nº 339/2018, na Resolução CEEed nº 340/2018, em todas as etapas e modalidades de ensino. § 1º O Projeto Político-Pedagógico é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola, define a sua identidade e deve consolidar todas as formas de organização. Seu embasamento legal está apontado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) e serve de base para a construção do Regimento Escolar, do Plano Orientador, dos Planos de curso e dos Planos de Estudo contemplados.	- O PPP foi construído de forma coletiva, com a participação de professores, alunos, pais e funcionários, sempre garantindo a representatividade dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Neste sentido de construção precisamos urgentemente se preocupar para que cada escola construa o seu próprio PPP. Com isso a própria necessidade e identidade da escola será construída. - Falta manter o PPP atualizado. - Falta expandir a elaboração coletiva do PPP para outras escolas do campo	Não houve avanços.

Proposta Curricular	No seu Art.5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito a igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394 contemplarão a diversidade do campo em todos os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.	Nas escolas pesquisadas essas diversidades em seus currículos, estabelecidas principalmente pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e redistribuídas pela SEMED para as escolas.	Não se observou avanços!
Conteúdo do ensino de Ciências	A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), traz como proposta de conteúdo para Ciências da Natureza, que os alunos desenvolvam um conhecimento científico e sejam capazes de compreender e interpretar o mundo com base em processos, práticas e procedimentos de investigação científica. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não é uma lei, mas uma resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que define os direitos de aprendizagem de todos os alunos no âmbito da Educação Básica.	Nos conteúdos de Ciências da Natureza encontramos raríssimas atividades que diz respeito à vivência dos alunos. Principalmente econômicos e culturais.	Alguns professores se esforçam em adaptar seus conteúdos à realidade do aluno
Metodologias de ensino do ensino de Ciências	Considerando esse papel das Ciências Naturais, os PCN – Ciências Naturais postulam como objetivos gerais das Ciências Naturais para o Ensino Fundamental: • compreender a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente de transformações do mundo em que vive; • identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica; • saber utilizar conceitos científicos básicos, associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida; • valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação crítica e cooperativa para a construção coletiva do conhecimento; • compreender a saúde como bem individual e comum que deve ser promovido pela ação coletiva; • compreender a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, distinguindo usos corretos e necessários daqueles prejudiciais ao equilíbrio da natureza e ao homem (BRASIL, 1997, p. 41).	As pesquisas nos informaram que a metodologia de ensino de Ciências nas escolas continua sendo baseada em livros didáticos e planos de aulas feitas no caderno do professor.	Acesso à internet que viabiliza pesquisas realizadas pelo aluno e professor, facilitando assim o seu trabalho.

Aprendizagem dos alunos na área de Ciências da Natureza	Considerando esse papel das Ciências Naturais, os PCN – Ciências Naturais postulam como objetivos gerais das Ciências Naturais para o Ensino Fundamental: • compreender a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente de transformações do mundo em que vive; • identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica; • saber utilizar conceitos científicos básicos, associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida; • valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação crítica e cooperativa para a construção coletiva do conhecimento; • compreender a saúde como bem individual e comum que deve ser promovido pela ação coletiva;	A pesquisa nos apontaram grandes desafios que Professores, alunos, Pais e responsáveis encontram na aprendizagem dos alunos na área de Ciências da Natureza.	Não se observou avanços.
---	--	--	--------------------------

	• compreender a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, distinguindo usos corretos e necessários daqueles prejudiciais ao equilíbrio da natureza e ao homem (BRASIL, 1997, p. 41). Desse modo, promova a compreensão dos fenômenos naturais, numa perspectiva interdisciplinar, abrangendo conhecimentos biológicos, físicos, químicos, sociais, culturais e tecnológicos. Possibilitando ao estudante o desenvolvimento de competências que propiciem a compreensão do mundo e a atuação como indivíduo e como cidadão, utilizando conhecimentos de natureza científica e tecnológica (BRASIL, 1998).		
Parágrafo único do Artigo 28 da Lei nº 9.394/1996, que assegura um estudo de repercussão na comunidade sobre o fechamento da escola: O fechamento de escolas do campo será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela secretaria de educação a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (BRASIL, 2014).			

APÊNDICE C . Termos de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Adllen Ramon de Silva Baia, autorizo o uso dos dados fornecidos na entrevista realizada na Comunidade Tessalônica, concedida a(o) acadêmica(a) Gislaine Rodrigues Gama do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, afim de que seja utilizada **exclusivamente com fins acadêmicos**. Autorizo ainda, o uso de

() Imagem

() Gravação

(X) Nome

declarando que ficou esclarecido os objetivos da pesquisa, os meus direitos e, se assim pretender e solicitar, a ter a identidade preservada e do sigilo das informações, bem como que será permitido desistir de participar deste estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo físico, psicológico, biológico e/ou material.

Por ser verdade, firmo o presente termo de consentimento e esclarecimento.

Porto de Moz, 21 de outubro 2025.

Adllen Ramon de Silva Baia

Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Edilene Silva da Silva, autorizo
o uso dos dados fornecidos na entrevista realizada na Comunidade
Tessalônica, concedida a(o)
acadêmica(a) Gislaine Rodrigues Gama
do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Altamira, afim de que seja utilizada **exclusivamente com fins**
acadêmicos. Autorizo ainda, o uso de

☒ Imagem

☐ Gravação

☒ Nome

declarando que ficou esclarecido os objetivos da pesquisa, os meus direitos e, se assim
pretender e solicitar, a ter a identidade preservada e do sigilo das informações, bem como
que será permitido desistir de participar deste estudo a qualquer momento, sem qualquer
prejuízo físico, psicológico, biológico e/ou material.

Por ser verdade, firmo o presente termo de consentimento e esclarecimento.

Porto de Moz, 21 de outubro 2025.

Edilene Silva da Silva

Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Fernando Costa Gama, autorizo o uso dos dados fornecidos na entrevista realizada na Comunidade São Francisco de Assis, concedida a(o) acadêmica(a) Giulaine Roduquês Gama do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, afim de que seja utilizada exclusivamente com fins acadêmicos. Autorizo ainda, o uso de

() Imagem

() Gravação

(X) Nome

declarando que ficou esclarecido os objetivos da pesquisa, os meus direitos e, se assim pretender e solicitar, a ter a identidade preservada e do sigilo das informações, bem como que será permitido desistir de participar deste estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo físico, psicológico, biológico e/ou material.

Por ser verdade, firmo o presente termo de consentimento e esclarecimento.

Porto de Moz, 22 de Outubro 2026.

Fernando Costa Gama

Assinatura

APÊNDICE D. Ata da reunião da comunidade sobre a prématrículas dos alunos da escola São Judas Tadeu

20

Ata da reunião na Comunidade Baixadas, localizada no Rio Araru na região do médio Suroeste às três horas e dez minutos no dia dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Exato em pauta uma turma do fundamental menor em anexo na escola Terezaônica com a presença do supervisor de Cuiabá Professor Benedito Miranda falou que os seus alunos têm possibilidade de obter um anexo da Escola Terezaônica, falou também que vão fazer a pré-matrícula de Educação Infantil no quinto ano, (levantamento dos alunos). Esse anexo se seus alunos vão funcionar na Comunidade Baixadas. E também que os pais têm vontade que pode aumentar esse número. Fez dada por iniciar a reunião às quatro horas e quinze minutos na Valdomiro Amador da Gama houve a seguinte lista por ser verdade vai nessa assinatura: Osageiro, Guilaime Rodrigues Gama, Silvananda Batista Carneiro, (Soc) Thais Paula Costa Elzinaldo V. P. Reis, Thaisana e Costa Kestelita R B SAMUEL B. BATISTA Claudiane Furtado Gama Maria S. Brandão, Benedito Miranda, Valdomiro Gama, Edilson